



MZ ADVOCACIA<sup>®</sup>

# INFORMATIVO JURÍDICO —

EDIÇÃO 151  
DEZEMBRO 2022

## As recentes modificações no PERSE pela Medida Provisória 1.147 de 20/12/2022.

No apagar das luzes de 2022 foi editada a Medida Provisória nº 1.147 (MP 1.147), responsável por alterar pontualmente a Lei nº 14.148/2021 instituidora do PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), que objetiva estabelecer ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os impactos da pandemia de COVID-19.

O PERSE, entre outros aspectos, tem como traços mais marcantes os descontos para a renegociação de dívidas tributárias, e a possibilidade de alíquota zero de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Contribuição PIS/Pasep (Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para as empresas do setor de eventos. Benefícios estes com validade de cinco anos.

A lei deu ao Ministério da Economia a atribuição de publicar os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que se enquadrariam na definição de setor de eventos. E a Portaria ME nº 7.163/2021 tratou de cumprir essa incumbência, estabelecendo dois grandes grupos: um primeiro contendo as funções intrínsecas ao setor (realizadoras de evento, hotelaria, e casas de festas), e um segundo, com as atividades que de alguma forma se conectam ao setor.

O problema é que a regulamentação restringiu que as atividades do segundo grupo somente seriam passíveis de enquadramento no PERSE se, quando da publicação da Lei 14.148/2021, já estivessem em situação regular junto ao Cadastur (como serviço de

turismo junto ao governo federal). Cadastro este que para alguns setores era meramente facultativo.

Em síntese, para aderirem ao programa, os contribuintes passaram a esbarrar em limitações regulatórias, não raro necessitando buscar na Justiça o direito ao benefício. Sendo que aqui residem bons argumentos que favorecem o êxito em eventual demanda judicial.

Especificamente quanto a esse imbróglio, a partir das modificações introduzidas na Lei 14.148/2021, dentre outros aspectos, a MP 1.147 busca apaziguar as discussões e deixa claro que um ato do Ministério da Economia relacionará as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos cujos resultados poderão ser beneficiados pelo programa fiscal.

Enquanto é crescente a expectativa sobre o dito ato, a MP 1.147 determina que a fruição do benefício fiscal da redução de alíquotas de tributos federais para zero deverá basear-se no ato que define os códigos CNAE que se enquadram na definição de setor de eventos, até que haja a nova regulamentação.

Conforme muito bem referido pelo Ministro da Economia na exposição de motivos da MP 1.147, espera-se que as dúvidas relacionadas à operacionalização do benefício possam ser dirimidas a partir de critérios mais precisos. Tudo para que o programa possa atingir de modo equilibrado os negócios que dele efetivamente necessitam.



**Andrés Uliana Posser**  
OAB/RS 93.850

Advogado MZ Advocacia  
andres@mzadvocacia.com.br

## Suspenso pagamento do Difal a consumidor final contribuinte do ICMS

*Juiz acolheu o pedido de uma empresa de mineração e aplicou a ratio decidendi do tema 1.093 do STF à situação de exigência do Difal do consumidor final contribuinte do ICMS.*

Em decisão liminar favorável à empresa de mineração, o juiz de Direito Daniel Ribeiro Dacier Lobato, da 3ª vara de Execução Fiscal de Belém, aplicou a ratio decidendi do tema 1.093 do STF à situação de exigência do Difal do consumidor final contribuinte do ICMS, como ocorre nas aquisições interestaduais de bens de uso e consumo e de bens destinados ao ativo fixo.

“Entendo também, que não obstante no precedente acima a matéria tratada se referir à cobrança do ICMS-DIFAL nas operações interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do imposto, a fundamentação adotada e a ratio decidendi são aplicáveis in totum às situações de exigência do ICMS DIFAL de consumidores finais contribuintes do ICMS, como ocorre nas aquisições interestaduais de bens de uso e consumo e de bens destinados ao ativo fixo”, diz trecho da decisão.

### O caso

Trata-se de mandado de segurança no qual a empresa se insurge contra a aplicação imediata da LC 190/22, sancionada em 4/1/22, referente à cobrança do Difal, pela não observância dos princípios constitucionais da anterioridade anual e nagesimal.

Alega que, considerando a publicação da referida lei no curso do ano-calendário de 2022, o diferencial de alíquota somente poderia ser exigido a partir do dia 1º de janeiro de 2023.

Ao decidir o caso liminarmente, o juiz vislum-

brou a presença dos requisitos do fumus boni juris e do periculum in mora.

“É cristalino o fato de que o ICMS deve obedecer aos princípios da anterioridade anual e nagesimal (art 150, III, “b” e “c”, da CF/88). Mandamentos de otimização estes que estabelecem que a lei que implique nova cobrança ou majoração do tributo somente pode produzir efeitos no ano seguinte e após o decurso de 90 dias, a partir de sua publicação.”

Portanto, segundo o juiz, uma vez que a publicação da LC ocorreu no ano de 2022, imperativo que a exigência pelo Estado do Pará do ICMS/Difal nas operações interestaduais destinadas a consumidores finais não contribuintes somente será válida a partir de janeiro de 2023.

Magistrado ainda aplicou o tema 1.093 do STF, ampliando o entendimento também ao destinatário final contribuinte de ICMS.

### Difal no Supremo

Em 13 de dezembro, a presidente do STF, ministra Rosa Weber, pediu destaque e interrompeu a análise de processos que tratam do Difal entre Estados.

A Corte julgava três ações sobre o tema: ADIns 7.066, 7.070 e 7.078. O que se discute é em que ano os Estados podem passar a cobrar este imposto: se em 2022, como querem os Estados, ou só em 2023, como defende o contribuinte, já que a lei que o regulamentou foi publicada neste ano, em 4 de janeiro.

Ainda não há data para o caso voltar à pauta do Supremo.

---

Fonte: Migalhas

## Regulamentação do mercado de criptomoedas é sancionada

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que regulamenta o mercado de criptomoedas, com definição de ativos virtuais, prestadoras e do crime de fraude com utilização de criptoativos e suas penas. O texto (Lei 14.478, de 2022) foi publicado na edição desta quinta-feira (22) do Diário Oficial da União (DOU) e passa a valer em 180 dias.

De acordo com a nova lei, as prestadoras de serviços de ativos virtuais somente poderão funcionar no país mediante prévia autorização de órgão ou entidade da administração pública federal. O órgão responsável pela regulação estabelecerá condições e prazos, não inferiores a seis meses, para a adequação às regras do projeto por parte das prestadoras de serviços de ativos virtuais que estiverem em atividade.

Entre outros pontos, a lei acrescenta no Código Penal (Decreto-lei 2.848, de 1940) um novo tipo de estelionato, com pena de reclusão de quatro a oito anos e multa. Será enquadrado no crime de fraude com a utilização de ativos virtuais quem organizar, gerir, ofertar ou distribuir carteiras ou intermediar operações envolvendo criptomoedas para obter vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro.

Na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613, de 1998), a norma inclui os crimes cometidos por meio da utilização de ativo virtual entre aqueles com agravante de um terço a dois terços de acréscimo na pena de reclusão de três a dez anos, quando praticados de forma reiterada.

O texto também determina que as empresas deverão manter registro das transações para fins de repasse de informações aos órgãos de fiscaliza-

ção e combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

### Ativo virtual

A lei define ativo virtual como a representação digital de valor que pode ser negociada ou transferida por meios eletrônicos e utilizada para realização de pagamentos ou com propósito de investimento. Ficam de fora desse enquadramento moedas tradicionais (nacionais ou estrangeiras); recursos em reais mantidos em meio eletrônico; pontos e recompensas de programas de fidelidade; e valores mobiliários e ativos financeiros sob regulamentação já existente.

Uma das mudanças feitas pelo Senado foi a inclusão de permissão para órgãos e entidades da administração pública manterem contas nessas empresas e realizarem operações com ativos virtuais e derivados conforme regulamento do Poder Executivo.

A norma tem origem no PL 4.401/2021 aprovado em novembro pela Câmara dos Deputados, e em abril deste ano pelo Senado. O autor do PL é o deputado federal Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ). A proposta incorporou trechos do PL 4.207/2020, da senadora Soraya Thronicke (União-MS). No Senado, essa proposta teve como relator o senador Irajá (PSD-TO).

---

Fonte: Agência Senado

## Em MP, Bolsonaro prorroga benefícios fiscais a multinacionais brasileiras

O presidente Jair Bolsonaro (PL) editou nesta quinta-feira (23/12) a Medida Provisória 1.148/2022, que prorroga por dois anos o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação criado pela Lei 12.973/2014.

Tratam-se de benefícios fiscais destinados a multinacionais brasileiras, que permitem englobar resultados de suas controladas de maneira a fazer com que a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incida apenas sobre os resultados globais da companhia.

Também fica prorrogada até 2024 a norma que permite deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica até 9% a título de crédito presumido. A renúncia estimada pela Receita Federal é de R\$ 4,2 bilhões para o ano de 2023.

Em nota, a Receita apontou que a MP aumenta a competitividade das multinacionais brasileiras que exercem atividade produtiva no exterior, ao aproximar a tributação delas aos patamares praticados pelos países da Organização para a Coope-



ração e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do G20.

Na avaliação da Receita Federal, em um cenário de recuperação econômica, a prorrogação desses instrumentos fiscais evita prejuízos à retomada e favorece a realização e a ampliação de investimentos no exterior.

---

Fonte: *Conjur*

Para visualizar os informativos anteriores, acesse:

[www.mzadvocacia.com.br](http://www.mzadvocacia.com.br)

## STF valida contribuição sobre receita de empregador rural PJ

*Prevaleceu a tese proposta pelo ministro Alexandre de Moraes.*

O plenário virtual do STF finalizou julgamento sobre a constitucionalidade da contribuição devida à seguridade social incidente sobre a receita bruta do empregador rural pessoa jurídica, resultante da comercialização da sua produção. Por maioria, foi fixada a seguinte tese:

*“É constitucional, à luz dos artigos 195, I, b, e § 4º, e 154, I, da Constituição Federal, o art. 25, I e II, e § 1º, da Lei 8.870/1994, que instituiu as contribuições devidas à seguridade social pelo empregador, pessoa jurídica, que se dedique à produção rural incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.”*

### Caso

Na origem, uma empresa do ramo da agropecuária impetrou MS em face do delegado da Receita Federal em Porto Alegre, a fim de ver afastada a exigência de contribuição previdenciária incidente sobre a produção rural, bem como a contribuição destinada ao Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, ambas previstas lei 8.870/94.

De acordo com a empresa, o referido trecho da lei, ao instituir a contribuição incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção em substituição à contribuição que adota como base de cálculo sua folha de salários, implicou bis in idem tributário, haja vista que já recolhe exação calculada sobre seu faturamento (Cofins e PIS). Aduziu que o aludido tributo só poderia ser criado por meio LC.



O juízo de 1º grau declarou o direito da empresa de não recolher as contribuições estabelecidas no artigo 25, I, II e § 1º, da lei 8.870/94, fazendo incidir, porém, a contribuição social nos moldes do disposto no artigo 22, incisos I e II, da lei 8.212/91.

Interposta apelação por ambas as partes, o Tribunal de origem confirmou a sentença, para negar provimento ao apelo da União e declarar a inconstitucionalidade da contribuição previdenciária, devida por pessoa jurídica, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural.

No STF, a União alegou que não há obstáculo à coincidência da base de cálculo do tributo em questão e aquela da Cofins ou do PIS. Tampouco seria hipótese de instituição de nova fonte de custeio para a Seguridade Social.

### Relator e divergência

O caso começou a ser analisado em setembro de 2020. Na ocasião, o ministro Marco Aurélio, relator, desproveu o recurso da União e votou pela inconstitucionalidade da contribuição devida à seguridade social incidente sobre a receita bruta do empregador rural pessoa jurídica. O ministro pro-

pôs a seguinte tese:

*“É inconstitucional a contribuição à seguridade social, a cargo do empregador rural pessoa jurídica, incidente sobre o produto da comercialização da produção, prevista no artigo 25, incisos I e II, da Lei nº 8.870/1994.”*

O ministro Alexandre de Moraes, por outro lado, inaugurou a divergência, deu provimento ao recurso da União e propôs a tese:

*“É constitucional, à luz dos artigos 195, I, b, e § 4º, e 154, I, da Constituição Federal, o art. 25, I e II, e § 1º, da Lei 8.870/1994, que instituiu as contribuições devidas à seguridade social pelo empregador, pessoa jurídica, que se dedique à produção rural incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.”*

Naquela oportunidade, Dias Toffoli pediu vista.

#### **Voto-vista**

O julgamento foi retomado agora em dezembro com o voto de Toffoli. O ministro acompanhou Moraes a fim de dar provimento ao recurso extraordinário da União e denegar a segurança, considerada a prescrição quinquenal. No que se refere à tese de repercussão geral, acompanhou em parte a divergência, sugerindo a fixação de três teses de julgamento:

*“I - É inconstitucional a contribuição à seguridade social, a cargo do empregador rural pessoa jurídica, incidente sobre a receita bruta provenien-*

*te da comercialização da sua produção, prevista no artigo 25, incisos I e II, da Lei nº 8.870/1994, na redação anterior a Emenda Constitucional nº 20/1998;*

*II - É constitucional, a contribuição à seguridade social, a cargo do empregador rural pessoa jurídica, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção, prevista no art. 25, incisos I e II, da Lei 8.870/1994, na redação dada pela Lei nº 10.256/2001;*

*III - É constitucional a contribuição social destinada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), de que trata o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.870/1994, inclusive na redação conferida pela Lei nº 10.256/2001.”*

A divergência de Toffoli foi acompanhada por Nunes Marques.

A de Moraes, todavia, foi seguida por Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux.

Ficaram vencidos os ministros Marco Aurélio (aposentado), Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber.

Processo: RE 700.922

---

**Fonte: Migalhas**





**MZ·ADVOCACIA<sup>®</sup>**

**PELOTAS**

Rua Menna Barreto, 391  
Bairro Areal  
CEP 96077-640  
53.3025.3770  
[pelotas@mzadvocacia.com.br](mailto:pelotas@mzadvocacia.com.br)

**RIO GRANDE**

Praça Xavier Ferreira, 430, Conj. 303  
Bairro Centro  
CEP 96200-590  
53.3035.2770  
[riogrande@mzadvocacia.com.br](mailto:riogrande@mzadvocacia.com.br)

**PORTO ALEGRE**

Av. Getúlio Vargas, 1157, Conj. 1010  
Bairro Menino Deus  
CEP 90150-001  
51.3516.1584  
[portoalegre@mzadvocacia.com.br](mailto:portoalegre@mzadvocacia.com.br)